

OPINIÃO

CRÔNICAS E ARTIGOS

Um plano de vacinação para o Brasil



Marcelo Freixo
deputado federal do
PSOL-RJ

Imagine um desses filmes em que o sujeito está perdido no deserto, cambaleando há dias, esturricado pela sede e definhando sob um Sol. Lá para as tantas, já sem esperança, ele vislumbra um oásis e gasta suas últimas energias correndo em direção de uma miragem.

Agora imagine um país lutando para atravessar uma pandemia há mais de dez meses, enfrentando o desemprego e contando os mortos. E eis que no momento que a doença recrudescer, surge uma esperança, a vacina, mas o presidente da República faz de tudo para transformá-la numa miragem. Esse é o Brasil de Jair Bolsonaro.

Sim, a realidade é um horror, mas ela tem uma vantagem sobre a ficção: nós podemos modificá-la. Se de um lado o presidente dobra a aposta no negacionismo anticência, transformando a vacina em arma de guerra ideológica e gerando insegurança sobre a imunização, nós estamos trabalhando com cientistas, profissionais da saúde e movimentos da sociedade civil para ajudar a transformar a vacinação em realidade o mais rapidamente possível, sem abrir mão da segurança.

O Brasil é referência mundial em campanhas de vacinação em massa. Na imunização contra a pandemia de H1N1 em 2010, por exemplo, 27 milhões de pessoas foram vacinadas por mês em média. É com base nessa experiência que apresentei ao Congresso Nacional uma proposta de calendário nacional de imunização.

Se alcançarmos ao menos 80% da



ARTE PAULO MÁRCIO

“Sim, a realidade é um horror, mas ela tem uma vantagem sobre a ficção: nós podemos modificá-la”

cobertura mensal atingida na campanha contra o H1N1, nós conseguiremos vacinar em pouco menos de oito meses após o início da imunização 80% da população, o que equivale a 168 milhões de pessoas, garantindo a imunidade de rebanho. O grupo de risco, cerca de 60 milhões de brasileiros, seria contemplado três meses.

O segundo desafio é dar conta da demanda por vacinas para proteger 210 milhões de habitantes, o que impõe a necessidade de um conjunto de fornecedores. Para viabilizar isso, nós aprovamos no Congresso Nacional a Lei 13.979. Ela determina que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorize, em até 72h, a liberação de vacinas já certificadas pela agência dos EUA, União Europeia, Japão ou China, o que já ocorreu com os imunizantes da Pfizer e da Moderna.

Além das importações, é necessário ampliar a produção das vacinas fabricadas pelo Instituto Butantan e pela FioCruz, ambos em fase final de testes e com resultados promissores em relação à segurança e eficácia. Para completar esse pacote, nós aprovamos a compra de vacinas através do consórcio internacional Covax Facility, que sob a coordenação da OMS reúne países interessados em adquirir vacinas de outros fornecedores.

Sabemos que a caneta está na mão do governo federal, que não demonstra qualquer compromisso com a vacinação. Mas apesar das limitações constitucionais do trabalho parlamentar, cumprimos nosso dever de lutar para que a imunização se torne realidade e o país possa finalmente sair desse deserto. Afinal, vacina não tem partido.

Tornozeleira de concreto



Fernando Rizzolo
advog e mestre em
Direitos Fundamentais

Enquanto se discute no STF a implementação do “Juiz das Garantias”, eu aqui sentado na minha poltrona, com uma pilha de livros de Direito e Medicina ao meu lado, comemoro, enfim, nove meses de reclusão dentro do meu apartamento. Faço isso por determinação do vírus causa a doença chamada covid-19, e por consciência de que, se eu me expuser por aí, vou me dar mal. Na verdade, foram nove meses de confinamento e de entendimento de que o Brasil nunca foi tão triste, e que o povo nunca foi tão mal aconselhado por um governo negacionista que xinga, grita, maltrata jornalistas, e que dá o mau exemplo em termos de epidemiologia, sociologia, levando, portanto, milhões a se infectarem, assim como milhares à morte.

Segundo Bolsonaro, a culpa não é dele, mas a responsabilidade é, sim, do seu governo, que, após ter comprado o povo brasileiro pobre com uma ajuda financeira, o que foi bom e devemos reconhecer sua importância, o jogou a esteira da irresponsabilidade sanitária, levando muitos a minimizarem o risco da contaminação e tantos outros a negarem os efeitos.

Muitas vezes tento entender como o Brasil se tornou perigoso, e quanto sinto falta daquele Brasil de Tom Jobim, da melodia que acompanha as ondas do mar, em vez das investidas raivosas de uma parte da população extremista, egoísta, sem a menor empatia com o outro. Perdemos na verdade o senso de “cuidar do outro”.

Tudo que foi proposto na nossa Constituição de 1988, elaborada por homens de bem, se tornou questionável aos olhos dos homens que deveriam perpetuá-la, ficando então a cargo do STF o dever de constantemente observá-la, e, mesmo assim, ainda temos que, enclausurados, lutar pelos direitos fundamentais e pelos avanços já concretizados, como a figura do Juiz das Garantias. Temos hoje uma população carcerária de mais de 750.000 presos, muitos deles cumprindo prisão preventiva, e mesmo assim no pobre Brasil se discute algo já votado e consagrado pelo Congresso.

Que tempos estes em que o discordar recheado de maldade e pouca solidariedade com os pobres assolou o país. Que tempos são estes que me fazem ter uma tornozeleira de concreto, para que, não induzido pelo pouco caso em relação a uma doença contagiosa, me jogue no discurso delirante que faz a população pobre se infectar e promove a superlotação dos hospitais, principalmente os do SUS, que os amantes de Adam Smith querem destruir.

Quando se começa a acreditar que chegou a vacina, o presidente afirma que não vai tomar, ignorando a ética e a responsabilidade do cargo que ocupa e de certa forma induzindo a população ao mau caminho em termos sanitários. Foram meses me dedicando a proteger minha saúde, pensando sobre o Brasil, um Brasil mais humanizado e mais imunizado, torcendo para que tudo um dia volte ao normal, e que este conjunto, concreto, precaução e indignação, seja libertado por uma vacina, que nos liberte de um vírus e principalmente de uma ideologia contagiosa.

Planejar é preciso, pois viver é preciso



Milton Campos
mestre em
Ciências Contábeis

O título é uma singela adaptação da célebre citação latina “Navigare necesse, vivere non est necesse” – navegar é preciso, viver não é preciso –, que em sua forma original foi imortalizada por poetas como Francisco Petrarca, Fernando Pessoa e musicalmente por Caetano Veloso. O planejamento evita o denominado “apagar incêndios”, contexto no qual são adotadas medidas após a consumação de um ato ou fato e de forma desordenada, ocasionando maiores gastos e a obtenção de resultados paliativos ou adversos. Ao planejar, busca-se antever situação, ato ou fato que se entenda possível a ocorrência, seja em curto, médio ou longo prazos.

Essencial ao bom planejamento é o orçamento. Contempla variáveis qualitativas e quantitativas. Pessoas, empresas e governos devem planejar.

É essencial, principalmente, em razão da escassez de recursos, que agora é acentuada mundialmente pela pandemia. Vivenciamos, constantemente, frágeis e equivocadas ações do governo, que denotam falta de planejamento ou sua inadequação. Ações que, em sua maioria, buscam somente frutos políticos e eleitorais imediatos ou não.

Além dessa nefanda forma de proceder, aloca-se na condução das ações, pessoas nem sempre qualificadas, mas consagradas a exercer a função em razão da proximidade do grupo político ou de certa categoria funcional, que dá suporte ao gestor, que, agindo assim, transforma o público em particular. O planejamento deve visar a todos e possuir amplo alcance social.

É inadmissível viver de incertezas quanto a formulação, implementação e, principalmente, aos efeitos de políticas públicas, resultando na prestação de serviços de má qualidade ou na indisponibilidade dos mesmos. Cito, apenas a título de exemplo, dentre tantos, recente interrupção abrupta de fornecimento de energia elétrica no

“É inadmissível viver de incertezas quanto a formulação, implementação e, principalmente, aos efeitos de políticas públicas”

Amapá. A situação evidenciou fortemente a falta de planejamento do governo para solução de problemas que já se anunciavam há tempos e nunca haviam recebido atenção necessária. A ausência de projeto bem definido e organizado também se traduziu na demora do reparo e volta do serviço.

Sabemos da existência de vacinas com capacidade imunizatória comprovada, outras em fase avançada de testes e até existem países que já utilizando. Em cenário positivo, estima-se que no Brasil, a vacinação ocorra no início de 2021. Possuímos, desde 1973, estruturado programa nacional de imunização, operacionalizado via SUS. Há, portanto, tempo hábil para que o governo federal coordene e prepare campanha de vacinação nacional, mediante planejamento que contemple todos os entes federados e as diversas variáveis, como os recursos materiais e humanos, a logística de conservação, distribuição. Isso permitirá que toda população alvo seja atendida de forma satisfatória, sem percalços. Planejar, portanto, é preciso, pois viver é preciso.

O DIA DISQUE REDAÇÃO: 2222-8069 E 98921-1888 ASSINATURA E ATENDIMENTO AO LEITOR: 2222-8600/2222-8650/2222-8651

EDITOR-CHEFE
Aloy Juplira

EDITOR-EXECUTIVO
Bruno Ferreira

DEPARTAMENTOS:
Agência O DIA: E-mail: agencia@odia.com.br. Venda de fotos e textos: 2222-8021, 2222-8560 e 2222-8265
Fax Diretoria: 2507-1038

Parque Gráfico: 3891-6000. Av. Dom Hélder Câmara, 164 Benfica Gerência Industrial: 3891-6002 Gerência de Circulação e Logística: 3891-6005
Preço de venda em banca: RJ, MG, SP e ES: R\$ 1,50 (dias úteis) e R\$ 3 (domingos). Distrito Federal: R\$ 3,60 (dias úteis) R\$ 4,40 (domingos). Demais estados: R\$ 4,20 (dias úteis) R\$ 5,10 (domingos)

Exemplares atrasados: Capital: Preço de capa - Demais localidades: preço de capa + postagem. Mais informações: Tels: (21) 2222-8086/2222-8136 - Central de Promoções - Av. Dom Hélder Câmara 164 Benfica, (Parque Gráfico O DIA) - das 9h às 17h.

São Paulo: Avenida Irajá 300 - Sala 306 - Indianópolis. CEP: 04082-000. Tels: 11 94704-2393 / 11 99623-7645 / 11 99973-8313

Brasília: Tel: (61) 9920-91891.

Promoções: promocoos@odia.com.br

Classificados: 2532-5000/2222-8652/2222-8653/2222-8654/2222-8655/2222-8656
- De 2ª a 5ª das 9 às 18h e 6ª das 9h às 19h. Todos os cadernos de classificados somente circulam na cidade do Rio e no Grande Rio.

Anúncios de Noticiário: 2222-8191 / 2222-8631 / 2222-8388. Anúncios para o Interior: 2222-8279 - Negociações com agência: 2222-8388 Outros estados: 2222-8279 - De 2ª a 6ª, das 10h às 18h. Atendimento ao jornalista: 3891-6012 - De 2ª a 6ª, das 8h às 12h30 e das 13h30 às 17h.
Editora O DIA LTDA. Rua dos Inválidos 198, 2ª andar, Lapa-CEP: 20.231-048 - Rio de Janeiro - RJ.

O DIA é filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC).